



Anais da Assembléia

Nº 25

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE MARÇO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djaima de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Elio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Tólio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Gulomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Matos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 22.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado José Artur Ritti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, na qualidade de Líder da Bancada do PTB nesta Casa, vem indicar o Deputado João Iensen para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurará os episódios ocorridos recentemente em Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os líderes do Partido dos Trabalhadores e do Partido Liberal desta Assembléia Legislativa, no uso de suas prerrogativas regimentais, vem indicar o Deputado Ernani Pudell para integrar a Comissão Parlamentar Temporária criada para acompanhar e apresentar alternativas técnicas e econômicas, no que diz respeito ao Acordo assinado pelos Governos da Bolívia e Brasil para a construção do gasoduto de importação de gás natural.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Líder do PL

DOCTOR ROSINHA

Líder do PT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Cumpre-nos, na qualidade de líder da bancada pedetista nesta Casa, e após entendimento com a Deputada Emilia Belinati, solicitar a Vossa Excelência que ela seja designada para compor a CPI para estudar a questão do Trabalho Escravo - CPI do bôia-fria.

Na certeza de seu pronto acolhimento ao presente pleito, servimo-nos do ensejo para renovar a Vossa Excelência nossos protestos de elevada estima e apreço.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) PAULO MAIA

Líder da Bancada do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Estamos oficializando pedido a Vossa Excelência, no sentido de nomear o Deputado Paulo Maia para compor a Comissão para estudar a passagem do Gasoduto Bolívia - Brasil, via Foz do Iguaçu.

Na certeza de merecermos a costumeira atenção de Vossa Excelência, renovamos-lhe votos de real estima e apreço.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) PAULO MAIA

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Deputados que assinam o presente, todos integrantes do Partido da Frente Liberal, indicam o nome do digno Parlamentar Duílio Genari para novo líder da bancada do PFL nesta Casa Legislativa, a partir de 01 de abril próximo.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES, HÉLIO RUSCH, NELSON GARCIA, DUÍLIO GENARI, BASÍLIO ZANUSSO PFL.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 648

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por cinco sessões, da proposição n° 011/93, constante do item 07 da pauta, veto aposto ao Projeto de Lei n° 353/92, de autoria do Deputado João Arruda.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o destaque da Proposição Veto n° 109/92.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) EDSON SILVA LINO

REQUERIMENTO N° 633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco, das Proposições n°s 104, 106, 110, 111 e 113/92, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Plenária, em discussão única, e 109/92.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da votação e discussão dos projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo de-

saparecimento do biólogo ROBERTO RIBAS LANGE, no dia 26 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consigna-ção, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de PALMAS pela passagem de seus 114 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A passagem dos 114 anos de Palmas representa muito mais que uma comemoração. É um evento que marca além do seu registro histórico, uma Palmas renovada pela fibra de seu povo honesto e trabalhador.

Palmas continua em franco desenvolvimento sendo suas principais atividades econômicas: a maçã, a batata-semente, o cultivo da soja, milho, feijão, erva-mate e a exploração da madeira, se consolidando como um dos principais polos de desenvolvimento da importante região do sudoeste do Estado do Paraná.

Palmas representou também grande desenvolvimento no setor educacional.

Portanto, é com grande júbilo que toda a população de Palmas comemora seus 114 anos de emancipação política e, temos certeza, continuará dando o melhor de seus esforços para o engrandecimento do município e o bem-estar de seu povo.

Com todo o respeito que a população palmense é merecedora, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, registra este voto com a confiança de que o Município marchará na trilha do progresso.

REQUERIMENTO N° 637

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. LUIZ GASTÃO DE ALENCAR FRANCO DE CARVALHO, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando a liberação de uma PERUA KOMBI, para atendimento ao Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí.

Tal solicitação justifica-se plenamente, haja vista que a população carente de São Jorge do Ivaí é composta por mais de sessenta por cento de seus habitantes, e o Departamento de Assistência Social não dispõe de condições necessárias para o seu atendimento.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. NIZAN PEREIRA ALMEIDA, Digníssimo Secretário do Estado da Saúde, solicitando a viabilidade de doação de uma ambulância para o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí.

Tal solicitação justifica-se plenamente haja vista que a população do município de São Jorge do Ivaí é composta por mais de sessenta por cento de pessoas carentes, que necessitam diariamente do citado Departamento, que não dispõe de condições necessárias ao atendimento destes.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) JOSE ALVES

REQUERIMENTO N° 643

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. NIZAN PEREIRA, solicitando a construção de um POSTO DE SAÚDE, onde estão reassentados os Desapropriados pela Construção do Hidroelétrica de ITÁ-SC, no município de Manguueirinha.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Serão beneficiados com a Construção deste Posto de Saúde, aproximadamente 900 pessoas. A distância entre o Reassentamento e a Sede do Município de Manguueirinha é de 24 Km. Considerando a necessidade de se fazer um trabalho preventivo de forma efetiva em face as inúmeras doenças, que muitas vezes são contraídas, por falta de orientação e além disso os demais serviços na área de saúde que poderão ser prestados, evitando-se também, gastos com possíveis deslocamentos.

REQUERIMENTO N° 644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente à TELEPAR, solicitando seja instalado um POSTO DE SERVIÇO TELEFÔNICO, onde estão reassentados os desapropriados pela Construção da Hidroelétrica de ITÁ-SC, no município de Manguueirinha.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Com a instalação do Posto de Serviço Telefônico onde estão reassentados os de-

sapropriados de ITÁ, serão beneficiadas 900 pessoas, sendo que, nos próximos dias, mais 32 famílias serão reassentadas. A distância entre esta comunidade e a sede do município de Manguueirinha é de 24 Km. Inúmeras dificuldades poderão ser evitadas, a considerar a comunicação com a sede do próprio município ou outras localidades, salientando que, muitas atividades de caráter comercial, poderão ser efetuadas através deste instrumento, dispensando maiores gastos.

REQUERIMENTO N° 645

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, objetivando o envio de medicamentos para a Municipalidade de Imbituva.

A quantidade de medicamentos destinada em cada remessa, não tem sido suficiente para atender à toda população, cuja consequência direta é impossibilidade de fazê-lo, criando grandiosos transtornos em toda a cidade nessa área de Saúde.

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se a adoção de medidas objetivando resolver tal problema, restabelecendo o atendimento à altura das reais necessidades do Município.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário Especial da Habitação, solicitando a inclusão, dentro do Programa Casa da Família, de 50 unidades habitacionais no Município de Rebouças.

A solicitação em tela, faz-se devido a elevação da população de baixa renda, comprometendo assim, o número de moradias necessárias para atender a real situação do Município.

Neste sentido, que essa Secretaria, avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) TOTI COOLAÇO

REQUERIMENTO N° 649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministros Doutor Paulino Cícero,

das Minas de Energia, Doutor Eliseu Resende da Fazenda e Professora Yeda Crusius do Planejamento, no sentido de determinarem estudos, em caráter de urgência, para rever os preços do butijão de gás para os condomínios residenciais, hospitais, creches e entidades assistenciais.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os consumidores de gás de cozinha em condomínios e instituições de caridade, estão reagindo contra os preços 100% mais caros que o gás de botijão. Esse problema está sendo levantado insistentemente pelo Sindicato das Administradoras de Condomínio e pela Associação de Defesa dos Consumidores que consideram injusto que o gás de cilindro de 45 Kg, para o consumo residencial em condomínios, creches, hospitais e instituições de caridade tenha o mesmo preço do gás industrial.

Achamos oportuno apelar para os Ministros das Minas de Energia, da Fazenda e Planejamento para determinarem estudos, em caráter de urgência, para sanar esse problema.

REQUERIMENTO N° 635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao senhor Oswaldo Loureiro, Diretor-superintendente do Centro Cultural Teatro Guaíra, solicitando:

1 - Existe estudo recente sobre as condições físicas e estruturais do Centro Cultural Teatro Guaíra, incluindo avaliação do sistema elétrico e do fosso da Sala Salvador de Ferrante (Guairinha)? Em caso afirmativo, solicitamos cópia do documento.

2 - Qual o montante de recursos utilizados na reforma do piso da Sala Bento Munhoz da Rocha Neto (Guairão) e com a instalação de grades internas no edifício, com cópia das notas de despesas?

3 - Qual o orçamento total da montagem da Ópera Aída, com comprovantes e discriminação dos gastos?

4 - Qual a folha de pagamento do Centro Cultural Teatro Guaíra com a discriminação de cargo, função, carga horária, remuneração e regime de trabalho, incluídos os cargos em comissão?

5 - Os gastos de hospedagem do diretor superintendente são pagos pelo Governo do Estado do Paraná? Em caso afirmativo, solicitamos cópia das despesas.

6 - Que medidas foram tomadas para a contratação de professores para o Curso de Artes Cênicas?

7 - Em que situação se encontra o processo de legalização e reconhecimento do

Curso de Artes Cênicas junto ao Ministério da Educação e qual o motivo para sua não incorporação à Universidade Federal do Paraná?

8 - Que taxas são cobradas para a utilização das três salas de espetáculos e quais os casos de isenção? Solicitamos cópias dos contratos firmados em 1992.

9 - Solicitamos o relatório das atividades do Centro Cultural Teatro Guaíra referente ao ano de 1992.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informação ao Senhor Secretário Estadual da Habitação, Luiz Cláudio Romanelli, solicitando:

1 - Qual ato regulamenta o Projeto Casa da Família, e por consequência, a construção das casas de madeira?

2 - Quantas casas de madeira serão construídas e em qual prazo?

3 - Qual o montante de recursos financeiros envolvidos no Projeto com sua origem de captação e qual o custo unitário das casas?

4 - Qual a viabilidade técnica das casas de madeira quanto aos itens resistência, durabilidade e conforto?

5 - A madeira utilizada será proveniente da Banestado Reflorestadora? Em caso afirmativo, qual será a contrapartida (Forma de pagamento) do Executivo com esta instituição?

6 - Como será realizado o processo de extração e beneficiamento da madeira utilizada no Projeto?

7 - Haverá licitação para a contratação dos serviços e fornecimento do material necessária para a execução do Projeto?

8 - Quais os critérios adotados para a aquisição dessas futuras casas? Qual é o público-alvo do Projeto?

9 - Em que locais estas casas serão construídas?

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação a Senhora Gilda Polli, Secretária Estadual de Cultura, solicitando:

1 - Existe estudo recente sobre as condições físicas e estruturais do Centro Cultural Teatro Guaíra, incluindo avaliação do sistema elétrico e do fosso da Sala

Salvador de Ferrante (Guairinha)? Em caso afirmativo, solicitamos cópia do documento.

2 - Qual o montante de recursos utilizados na reforma do piso da Sala Bento Munhoz da Rocha Neto (Guairinha) e com a instalação de grades internas no edifício, com cópia das notas de despesas?

3 - Qual o orçamento total da montagem da Ópera Aída, com comprovantes e discriminação dos gastos?

4 - Qual a folha de pagamento do Centro Cultural Teatro Guaíra com a discriminação de cargo, função, carga horária, remuneração e regime de trabalho, incluídos os cargos em comissão?

5 - Os gastos de hospedagem do diretor superintendente são pagos pelo Governo do Estado do Paraná? Em caso afirmativo, solicitamos cópia das despesas.

6 - Que medidas foram tomadas para a contratação de professores para o Curso de Artes Cênicas?

7 - Em que situação se encontra o processo de legalização e reconhecimento do Curso de Artes Cênicas junto ao Ministério da Educação e qual o motivo para sua não incorporação à Universidade Federal do Paraná?

8 - Que taxas são cobradas para a utilização das três salas de espetáculos e quais os casos de isenção? Solicitamos cópias dos contratos firmados em 1992.

9 - Solicitamos o relatório das atividades do Centro Cultural Teatro Guaíra referente ao ano de 1992.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 647

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos do regimento interno, REQUER que, após consulta ao Plenário, seja transcrito nos Anais da sessão de hoje, e editorial sob o título "Curitiba - Exemplo de Cidade", publicado pelo conceituado jornal "Gazeta do Povo", no qual analisa a história da Capital paranaense na data dos 300 anos de sua elevação à categoria de cidade, comemorada no dia 29 de março de 1993.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

O jornal "Gazeta do Povo" deve ser considerado como um patrimônio cultural dos paranaenses, pois em seus 74 anos de circulação ininterrupta, vem sendo o repositório da história do povo paranaense. Nossas lutas, glórias e vicissitudes têm encontrado guarida em suas páginas, da mesma forma que tem sido destacado o trabalho do nosso povo para construir nesta parte do Brasil uma porção de vida onde as pessoas desfrutam do progresso econômico e

Curitiba, quarta, em 31.03.93

do bem-estar social. Por motivo do transcurso da data em que os paranaenses estão comemorando os 300 anos da elevação da capital do Estado à categoria de cidade, a Gazeta do Povo publicou, no dia 29 deste mês, o editorial "Curitiba - Exemplo de Cidade", que analisa a história da fundação da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

É um editorial profundo na pesquisa histórica, didático na narrativa documental que precisa ser difundida para conhecimento da posteridade.

Judicioso nos conceitos e opiniões emitidos, como sempre acontece com os editoriais do ilustre jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor da Gazeta do Povo, "Curitiba - Exemplo de Cidade" foi apartidário e sereno no julgamento das administrações dos prefeitos curitibanos. Equilibrado na interpretação dos nossos problemas, perfeitamente identificado com a realidade curitibana, e por extensão paranaense. O editorial enfatizou que em Curitiba, no Paraná, já fizemos um pacto com a natureza, que é a defesa do tão agredido meio ambiente. E o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho avaliou que o melhor presente que se poderia dar a Curitiba no seu tricentenário foi a aprovação pelo Senado Federal do Programa de Saneamento Ambiental (Prosan) da Região Metropolitana de Curitiba, que "encontrou no senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, relator da matéria no Senado Federal, hábil articulador da sua aprovação". E a Gazeta do Povo - esse baluarte das grandes causas paranaenses, - somou-se ao Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, ilustre ex-Deputado membro desta Assembléia Legislativa, ao considerar que a educação ambiental é uma resposta à necessidade de formação de uma nova ética, a ética ecológica, como arma eficiente contra a degradação do meio ambiente em todo o mundo. E ao adotar a ética ecológica, Curitiba e o Paraná, uma vez mais, saem na frente como exemplos construtivos. É por isso, Senhor Presidente e Excelentíssimo Senhores Deputados, para que a história de Curitiba seja enriquecida com essa importante contribuição do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira e do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, e para que as gerações futuras saibam do trabalho que realizaram em favor do Paraná e de sua Capital, é que REQUEIRO, após consulta ao Plenário, a transcrição nos anais da sessão de hoje desse editorial da Gazeta do Povo, por ser uma valiosa fonte de informações político-administrativa para a história paranaense.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 103/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, com sede no Município de Corumbataí do Sul.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância do Município de Corumbataí do Sul, é entidade dotada de personalidade jurídica e sem fins lucrativos, sua finalidade efetivamente, é de buscar no meio social local e estadual, recursos, para atender à maternidade e infância local. Neste sentido sua condição de utilidade pública que é notória, preencherá os requisitos contidos em Lei, para efetivação de convênios com os diversos órgãos Públicos, na busca dos devidos auxílios.

PROJETO DE LEI N° 104/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a Organização Santos Inocentes, com sede no Município de Irati.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A Organização Santos Inocentes do Município de Irati, é entidade filantrópica e sem fins lucrativos. O lucro preconizado pela entidade é o amor e a fraternidade entre os povos. Preconiza através de sua missão, o evangelho segundo MT 2.16 e 18.

Nos dias atuais, e diante o sofrimento da população, as missões religiosas contribuem sobremaneira para que o "homem" encontre-se consigo mesmo. Isto é de tamanha importância. Contudo, busca ainda, amparar as mães abandonadas pelos seus maridos, protegendo-as, bem como suas crianças.

Reconhecida de utilidade pública, o que na verdade já o é, estaremos viabilizando do ponto de vista legal àquela entidade, com vistas a buscar recursos no patamar Estadual e Federal.

PROJETO DE LEI N° 105/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Altera o traçado do polígono definidor das divisas territoriais do Mu-

nicipio de Dr. Antonio Paranhos, constantes do Art 1º da Lei n° 9.230, de 25 de abril de 1990.

"Da foz do rio Dois Vizinhos no rio Chopin, sobe por este até o 1º afluente a margem esquerda até alcançar a estrada, segue por esta até a rodovia PR 475, seguindo por esta sentido Quedas do Iguaçu, até a estrada que dá acesso à localidade de Iolópolis, seguindo por esta divisa até encontrar o rio Bonito, descendo por este até sua Foz do Rio Iguaçu, descendo por este até sua foz no rio Chopin, subindo por este até a foz do rio Dois Vizinhos no rio Chopin, ponto de partida."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

PROJETO DE LEI N° 106/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a Região Administrativa da Cantuquiriguaçu, integrada pelos municípios de Altamira do Paraná, Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Laranjal, Mato Rico, Nova Laranjeiras, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Pinhão, Rio Bonito do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Saudade do Iguaçu, Santa Maria do Oeste, Turvo e Virmond.

Art. 2º - Fica designada para a sede da Região Administrativa, a Cidade de Laranjeiras do Sul.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.03.93.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Existe um documento elaborado pelo ex-assessor especial do Governador do Estado, o Sr. Horácio Martins de Carvalho, assessor especial este que era responsável pela intermediação de todos os conflitos agrários que ocorriam e que ocorreram no Paraná.

Tendo em vista que existe uma fita de vídeo sendo distribuída aos Srs. Deputados e à imprensa do Paraná que traz, lamentavelmente, uma versão parcial, facciosa dos fatos, entendo que a carta do Sr. Horácio Martins de Carvalho deve entrar nos anais da Assembléia Legislativa do Paraná.

Passo a ler o documento. (Lê):

Curitiba, 23 de março de 1993.

Senhor Governador Roberto Requião,
Paz e Luto.

"... a morte
é sempre desagradável
Mas antes morrer ciente
do que viver enganado."
(Vinícius de Moraes)

Alguma coisa partiu dentro de mim em
relação a Vossa Excelência.

Hesito em aceitar que tenha sido minha
lealdade.

Tateio as incertezas e rebusco minhas
verdades; umas e outras se mostram
constrangidas quando ensaio, nos meus so-
lilóquios, interceder em Vosso favor. Há
um fantasma - quantos fantasmas, que antes
mesmo de me assombrar me acalenta o brio,
me arvora a dignidade e me diz, no embate
das paixões, que se ceder, permanecendo no
silêncio dos omissos, terá sido em vão
tantas vidas que me fiz viver e tantas
mortes que eu mal soube morrer. Que teria
sido melhor viver sem lado, ser redondo
... Não dizer o que disse, não ter feito o
que julgo ter feito.

Eu estou me convencendo, pelas evidên-
cias do presente e pelas suas relações com
o MST em passado recente, de que V.Exa. é
o responsável, ainda que indireto, pela
execução sumária do companheiro "Teixeiri-
nha", pela reedição da tortura, pelo de-
sencadear da repressão militar sobre aque-
les que lutam contra a opressão e, por úl-
timo, mas não finalmente, por ter dado a
chave (a ordem) para que os quartéis es-
parramassem o terror contra o povo.

Vossa palavra de ordem "caça aos ban-
didos", repelida sistematicamente, mesmo
após a chacina do "Teixeirinha", denotou o
estado de rancor que vos possuiu por ter
V.Exa. se sentido "traído" pelo MST.

V.Exa. já havia evidenciado sinais de
fadiga política e social perante os movi-
mentos sociais rural e urbano quando da
ocupação da Fazenda da Mata, em Nova Fátima.
Lá, já havia V.Exa. demonstrado, por
um lado, julgamento "apriorístico" sobre a
produtividade da fazenda em aprego, antes
mesmo da sentença do Juiz: por outro lado,
V.Exa. também manifestava parcialidade pe-
rante a morte, pois, vossa indiferença com
relação à morte de um trabalhador rural,
executado à queima roupa por um informante
da polícia travestido de segurança do pro-
prietário da Fazenda da Mata, até hoje es-
tarreça os menos parvos. Já a morte dos
policiais na fazenda Santana levou V.Exa.
ao desvario. Mas, não creio que tenha sido
a morte que Vos abalou tão profundamente.
Antes de tudo foi Vossa vaidade de gover-
nante que foi sacudida, vaidade essa que
repousa num conceito de autoridade em que
a verdade governa desde que o Estado seja

Curitiba, quarta, em 31.03.93

anterior ao povo e sempre tenha a razão.

Não tenho dúvida nenhuma das fortes
pressões que V.Exa. vem sofrendo por não
cumprir as determinações judiciais de
reintegração de posse, por conceder cestas
de alimentos aos ocupantes de fazendas,
por dar lona para abrigá-los por não rece-
ber explicitamente representantes da UDR,
enfim, por ter se colocado ao lado dos
mais pobres.

Ficar política e socialmente ao lado
dos mais pobres significa, numa sociedade
de classes, antes de tudo, sofrimento. Eu
tenho certeza de que V.Exa. muito sofreu,
e sofre, pelas opções sociais que manteve
(e, penso, mantém). Creio, como já exter-
nei, ter sido o Governo de V.Exa., até o
episódio de Campo Bonito, o único espaço
democrático e libertário existente neste
País nos últimos anos. Entretanto, o pre-
sente negou o passado.

Quando acima afirmei que hesitava na
minha crise de lealdade para com V.Exa. é
porque a única réstia de dúvida, que ilu-
minava minha opinião, repousava na hipóte-
se de V.Exa. ter perdido o controle da má-
quina de repressão. Mas, sabemos, V. Exa.
e eu, que o Governador nunca teve qualquer
controle sobre o aparato policial e mili-
tar de repressão (recordar a farsa da Se-
gurança Pública na repressão ao jogo do
bicho e na força verde "sic").

O manto de civilidade que encobria o
terror contido da PM e da Polícia Civil
era produto de um bom processo de venda de
imagem. E, a não repressão aos movimentos
sociais era fruto da conjugação de dois
fatores: a determinação de V.Exa. em não
reprimi-los e a ação de negociação reali-
zada por muitos de nós, entre os quais eu
me incluí. Deveras, quando V.Exa. liberou
a repressão policial-militar ela de-
monstrou, mais do que nunca, o seu caráter
de ódio ao povo. Atemorizou, torturou e
matou. Fez-nos recordar, com constrangi-
mento, o início dos anos setenta... E, is-
to, sob a tutela de V.Exa.

Como ainda ecoa, na voz de um fantasma
nosso conhecido, o alerta:

É preciso ser firme
sem perder a ternura, jamais.

Não acredito em ingenuidade de Vossa
parte. A vontade de uma "punição
exemplar", bem ao sabor da autoridade mi-
litar, foi o motivo da vendetta de Campo
Bonito.

O IPM instaurado é figuração. Ontem,
dia 22/03, o próprio Promotor designado
para acompanhar tal rito desejou se afas-
tar da função, tão grande, o desrespeito
da PM e da Polícia Civil para com a justi-
ça. O IPM já nasceu morto... e concluído.
Foi um alibi. A CPI que se pretende insta-
lar na Assembléia Legislativa tende mais

para "mea-culpa" de frações dos Deputados, por não haverem sido intransigentes há mais tempo com o MST, do que legitimação na representação política. Será uma "CPI com caráter de classe".

Assim, Senhor Governador, encontro-me numa situação constrangedora. Isto porque tenho, certeza (talvez a certeza dos tolos) de que V.Exa. jamais fará auto-crítica face ao ocorrido em Campo Bonito. Não é do Vosso feitio essa prática. Deveras, a verdade não governa, pois, não há verdade sem crítica e autocrítica. E, se não creio na sua "verdade" a lealdade fica comprometida.

Vendo minha força de trabalho para o Governo do Estado por duas razões: a primeira é a confiança no Vosso Governo e a segunda o compromisso com os movimentos sociais. Se a primeira está seriamente abalada se torna impossível mediar Governo e movimentos sociais.

Como escrevi outrora.

"A tortura
faz do torturado um sofredor
do torturador um desesperado.

Não há solidão nem medo
No grito do torturado
há uma voz que ecoa
como um chamado
acordando o presente para a luta
abrindo as portas do passado.

Fiquem tristes os povos
se seus filhos sucumbem sob a dor
de serem torturados.
Fiquem atentos os povos
quando esta dor aparenta ser
um grito isolado.
A dor do torturado
é uma dor de um povo
violentado

Quando se tortura um homem
fecha-se a janela
por onde respira a humanidade.
Quando se tortura um homem
todo povo é torturado."

Não caminhamos nas trilhas dos nossos desejos. Caminhamos nas veredas dos compromissos sociais e pessoais que se renovam e se redescobrem a cada passo. E, se nos deixarmos levar pelas conveniências imediatas é bem possível que alcancemos a felicidade dos alienados.

"Eu ouvira passos...
Mas, nada além de mim
eu percebia.
Fiz silêncio. Ah!
eu sabia,
eu ouvira com o entendimento

o passado que me seguia."

Com dor e carinho,

HORÁCIO MARTINS DE CARVALHO"

Esta é a carta que foi endereçada ao Governador do Estado pela pessoa que tem acompanhado todos os conflitos agrários do Paraná.

É uma testemunha privilegiada de tudo que aconteceu nesta área do Paraná e eu acredito que esta carta em tom de desabafo é, talvez, uma trilha que o Poder Legislativo do Paraná poderá seguir na busca da verdade.

Muito pior do que a violência e a estupidez de uma ou outra pessoa. Muito pior do que isto é a violência do aparato policial militar sustentado com o dinheiro público, sobre o povo.

Há muito tempo, o Estado assumiu o monopólio das armas e da força, exatamente para acabar com a vingança privada. O Paraná não pode, de forma alguma, sustentar, com os tributos, com sacrifício do povo, situações e pessoas que com distintivos se tornam piores do que os bandidos a quem eles devem combater.

O SR. NEREU MOURA - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Ernani Pudell, digno representante da região oeste do Paraná, nós também repudiamos a violência, não só repudiamos como agimos no sentido de inibir a violência em nosso Estado, principalmente na região que representamos aqui nesta Assembléia.

Contudo, nobre Deputado, o que o Sr. Horário Martins ex-assessor do Governador Roberto Requião praticou, também é repudiado por nós, porque como assessor do Governador, não praticou de forma isenta, não procurou levar ao Governador, as informações de forma clara, cristalina dos episódios, não só da Fazenda Santana como de outros episódios relacionados à reforma agrária aqui no nosso Estado.

Por isso, nobre Deputado Ernani Pudell, acompanhamos a ação de V.Exa. na defesa intransigente de uma reforma agrária que venha atender esta grande parcela da população do nosso Estado que sofre por não ter onde trabalhar.

Contudo, não se pode fazer injustiça, porque aqui mesmo nesta Assembléia, nós já falamos que não foi o Governador Roberto Requião quem gerou todo este estado de coisas. Não foi o Governador Roberto Requião que descumpriu o acordo da Fazenda Santana e muito menos foi o Governador quem determinou que houvesse mortos da Fazenda Santana.

Por isso é que lamento profundamente a atitude, eu que estive em Campo Bonito e acompanhei a ação do Sr. Horácio Martins.

De pronto, achamos que ele estava sendo faccioso e informando muito mal o governador, aliás, um homem que deveria ser de confiança e não, levar os fatos de forma distorcida ao governador. Por isso é que eu quero voltar a reiterar essa questão da ação limpa do governador, porque não foi ele quem determinou que aqueles fatos acontecessem lá na Fazenda Santana em Campo Bonito, e dizer mais uma coisa, Deputado Ernani Pudell. Esta CPI instalada aqui na Assembléia Legislativa, irá procurar de forma muito cristalina, de forma muito clara, esclarecer todos estes fatos, de forma a não deixar dúvidas, porque os parlamentares que compõem esta CPI, são homens responsáveis, sérios e tenho certeza, irão esclarecer este episódio nebuloso, triste que amargurou a todos nós. Ontem V.Exa. colocava aqui até uma certa dúvida com relação à ação da CPI. Eu quero tranquilizá-lo de que a CPI fará de tudo para esclarecer a opinião pública do Paraná e do Brasil sobre o que de fato ocorreu na Cidade de Campo Bonito.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero concluir dizendo o seguinte, Deputado Nereu Moura...

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Solicito um aparte, Deputado.

O SR. ERNANI PUDELL - Em seguida. Quando eu faço essas intervenções e coloco algumas coisas que estão sendo comentadas a respeito da CPI, eu, muito longe de descreditar no trabalho dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, aliás, as próprias CPIs desse País, representaram o resgate da dignidade, da ética na política. Eu tenho certeza absoluta de que a CPI que vai analisar os fatos em Campo Bonito será séria sim. Muitas das interpelações que eu tenho feito aqui, Deputado Nereu Moura, é muito mais no sentido, ao cobrar certas posições, certas investigações, certos encaminhamentos por parte da CPI, de um apoio político que este Deputado dá à CPI porque eu acompanhei os episódios de Campo Bonito de dentro, acompanhei todo o trabalho da polícia, infelizmente não pudemos chegar a tempo para evitar a morte dos policiais naquele episódio lamentável, mas, a partir daí, eu acompanhei todos os desdobramentos do início ao fim. Eu acho que esta CPI terá uma tarefa muito dura, muito espinhosa; ela irá colocar um dedo na ferida de um dos resquícios mais graves, delicados que ainda não foram removidos desde o tempo da ditadura militar, que é a atuação e o papel do chamado serviço

secreto da polícia militar. Serviço secreto esse que numa ação que não se sabe se desastrosa, incompetente, negligente ou com outros objetivos permitiu criar circunstâncias que levaram três trabalhadores do Estado do Paraná, três policiais militares a serem confundidos com pistoleiros e acabou resultando na tragédia que ceifou as suas vidas.

E depois os desdobramentos que seguiram é que são mais graves.

Eu assisto estarecido, por exemplo, ao comandante da Polícia Militar de Cascavel, a quem eu tinha o maior apreço, assumir publicamente que os policiais estavam em missão sigilosa, quando todos os regulamentos, todas as leis, a Constituição deste País impedem que policiais militares estejam em serviço sem farda. E o comandante assume tudo isso. Ele é homenageado em jantares de emissoras de televisão, é homenageado por líderes da UDR! E o comandante continua lá!

Eu tenho certeza de que, como advogado, se a família dos três policiais ingressarem com uma ação cível de reparação de danos, eles obterão êxito contra o Estado do Paraná porque os pais de família foram colocados numa situação de extremo perigo, numa situação de ilegalidade, por uma ordem de comando, que acabou numa tragédia.

Esta CPI terá a missão espinhosa, dura, delicada, e até perigosa, muito perigosa de realizar uma verdadeira autópsia do trabalho da polícia secreta do Paraná.

Como pode um Governo que se diz democrático, de esquerda, popular, que cita frases dos mártires da causa da liberdade do Socialismo permitir que policiais, encarregados constitucionalmente de fazerem a prevenção do crime, da criminalidade, passem a agir como força de investigação, força de tortura e força de extermínio, investigadores, juízes e carrascos ao mesmo tempo? Sabe V.Exa., sabe alguns dos Srs. Deputados que eu até este momento me recusava a acreditar que o Governador do Estado tenha permitido que essa situação tivesse ocorrido com o seu conhecimento, com a sua aquiescência, mas eu não vejo, e não vi até este momento, nenhum gesto firme no sentido de apurar a verdade dos fatos, de punir os responsáveis. Por que só a punição do Teixeira e dos sete que estão na cadeia? Estes já estão pagando.

Um, pagou com a vida! Pagou com a vida pelo erro, pelo ato que cometeu. E os outros que têm a responsabilidade muito maior sobre toda a situação e não estão sequer sendo incomodados?

E aí que acho que a CPI, e eu não gostaria, sinceramente, que a Assembléia Legislativa do Paraná, e Deputado Nereu Moura, que preside esta CPI, tivéssemos nós

que fazer este trabalho.

Quem deveria fazer este trabalho de esclarecimento à opinião pública, de recolocar a verdade, a plena verdade em toda a sua extensão seria o próprio Governo do Estado do Paraná, para ser coerente com o seu discurso, com as suas práticas e com as suas atitudes do passado. Só isso resgataria a credibilidade no discurso moderno, avançado, progressista e democrático do Governador do Estado. Esta é a providência que nós gostaríamos que o Governo do Estado tomasse, para se reconciliar com os setores populares do Estado do Paraná.

Mas fico deprimido quando vejo o Governador do Estado - deprimido sim - comer na mão da UDR, mandando para os Srs. Deputados e para a imprensa uma fita de vídeo produzida, e nós sabemos muito bem por quem. Uma versão produzida...

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. ERNANI PUDELL - Então eu acho extremamente temerário essa atitude, para mim, deprimente. Eu não esperaria que o Governo do Estado do Paraná, por meras conveniências políticas...

O Sr. Neivo Beraldin - Um aparte, Deputado.

O SR. ERNANI PUDELL - ... chegasse ao ponto de enterrar também a verdade junto com as 4 vítimas em Campo Bonito.

Concedo aparte ao ilustre Deputado Bona Turra.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Deputado Ernani Pudell, sua perspectiva dialética importa verificar os fatos, se dão e se operam no tempo.

V.Exa. traz à consideração desta Casa correspondência de lavra do ex-Diretor Técnico-Científico do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Dr. Horácio Martins Carvalho. Importa assinalar que esta carta é posterior à demissão do Dr. Horácio Martins de Carvalho. Não anterior. Não deu causa a sua demissão no Instituto Ambiental do Paraná. Antes da lavratura desta carta, houve pedido formal de S.Exa. o Secretário de Estado do Meio Ambiente no sentido de promover a exoneração, no interesse do Estado do Dr. Horácio Martins de Carvalho. E por que S.Exa., Secretário de Estado do Meio Ambiente, requereu ao Governo do Estado a exoneração do Dr. Horácio Martins de Carvalho? Porque o Dr. Horácio Martins de Carvalho, no cumprimento de sua missão institucional, não deu o respaldo à sustentação e ao amparo de que carecia o Governo para enfrentar essa grave e dramática questão que teve o desfecho

que conhecemos.

O Dr. Horácio Martins de Carvalho esteve no local dos crimes durante cerca de uma semana. No período posterior ao assassinio dos três policiais e anterior ao assassinio do militante do movimento de bóias-frias, do movimento de trabalhadores sem terra, nenhuma informação que desse amparo para reorientar eventual atitude incorreta que tivesse a Polícia Militar ou um outro organismo do Estado e mesmo para que pudéssemos impedir o assassinio do trabalhador Teixeira, nenhuma informação, como também o Dr. Horácio Martins que se diz engajado na questão da luta social pela terra, não colocou o seu cargo de agente do serviço público, de agente qualificado do Estado para garantir as condições e inclusive a segurança dos trabalhadores que se viam ameaçados pela perseguição implacável que desenvolvia a polícia militar.

Esta é a primeira consideração que quero deixar registrada aqui nesta Casa.

A segunda questão é que nós não podemos nos enganar, Deputado Ernani Pudell, a real natureza, o real conteúdo do movimento dos trabalhadores sem-terra não é revolucionária, o real conteúdo do movimento dos trabalhadores sem-terra é pequeno burgoês que luta pela propriedade, o movimento de trabalhadores sem-terra não luta pela extinção da propriedade e tão pouco luta pelo socialismo, luta pelo direito à propriedade que é um direito fundamentalmente capitalista.

Portanto, equivoca-se o Dr. Horácio Martins de Carvalho ao imaginar que lá nós teríamos uma situação insurrecional ou mesmo pré-insurrecional. Não, o que se tinha era uma situação de conflito, de quebra de apoio entre o Estado, o proprietário da área e o movimento de trabalhadores, e eu acredito que a Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo ilustre Deputado Nereu Alves de Moura, deve averiguar com independência e autonomia as razões da presença dos policiais que não estavam fardados, que ao que consta não se identificaram. É preciso também investigar porque a perseguição ou a busca dos criminosos, dos três policiais se deu pela Polícia Militar e não pela Polícia Judiciária, pela Polícia Civil.

É preciso também investigar se de fato houve comemoração do Comandante da região com o fazendeiro no dia do assassinato do Teixeira, porque é preciso compreender que a Polícia Militar está sob o controle de um Governo que tem compromisso com a reforma agrária, e essa Casa não vai admitir, tenho certeza o Governo do Estado, em especial o Chefe do Governo do Estado não vai admitir nenhum dos agentes de polícia deixe de ser agente

de polícia no interesse público e passe a ser agente dos gorilas dos latifundiários e da reação.

Portanto, nobre Deputado, creio, Dr. Horário Martins de Carvalho se equivoca em vários pontos, e se na carta, essa é a questão principal, se essas questões que ele levanta após a sua demissão fossem questões consistentes deveria ele, na época do conflito da Fazenda da Mata, porque ele se refere a um conflito que se deu há cerca de um ano, deveria ele pedir a sua exoneração à época.

Tivesse havido responsabilidade do Governador naquele episódio que determinou a morte de um lavrador ele foi, então, conivente. Portanto, não tem autoridade para um ano depois dos acontecimentos da Fazenda da Mata vir se referir a responsabilidade do Governador. O Governador do Estado tem reiterado nas suas manifestações o compromisso com a reforma agrária, e que a polícia do Estado enquanto o comando for o comando do PMDB, o comando das forças democráticas que integram o Estado do Paraná não estará a serviço dos gorilas, não estará a serviço dos latifundiários, e tão pouco estará a serviço da reação.

É um acontecimento, é um acidente de percurso que não exclui e nem obstrui a nossa caminhada para realizar com as nossas forças, com as forças de que dispomos as transformações no campo paranaense.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu agradeço o aparte de V.Exa..

Concluindo, só quero dizer o seguinte: oxalá, nobre Deputado Bona Turra, suas palavras se transformem em realidade. É o que a gente espera o rompimento definitivo dessa ligação perigosa do aparelho policial militar com as forças da reação, e que inclusive estão criando esse clima de beligerância entre sem-terras e proprietários e que nós já denunciávamos aqui por diversas vezes nessa tribuna - essa Casa é testemunha disso - e que até agora infelizmente não vi nenhum jagunço preso, nenhum fazendeiro ir embora. Foi entregue até metralhadora de grosso calibre, armas privativas do Exército que os sem-terra tomaram de jagunços e entregaram...

Nós esperamos apenas que o rigor exista também dentro do aparelho e também contra o latifúndio que se arma, para impedir a reforma agrária no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário da Liderança, com a palavra o Deputado Antônio Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados. Usando o Horário da Liderança, eu gos-

Curitiba, quarta, em 13.08.93

taria de imediato e inicialmente, prestar aqui algumas homenagens e destacar, principalmente, o resultado da votação que ocorreu há poucos instantes em Brasília, na Câmara dos Deputados.

Hoje, pela manhã, no início dos trabalhos da nossa Casa de Leis, através dos nossos gabinetes, o nosso Presidente, Orlando Pessuti, enviou um fax a Sua Excelência o Presidente Inocêncio Oliveira, DD. Presidente da Câmara dos Deputados de Brasília - Distrito Federal, e nos seguintes termos: (Lê):

AO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

DEPUTADO INOCÊNCIO DE OLIVEIRA

Digníssimo Presidente da

Câmara dos Deputados

BRASÍLIA- DF

Senhor Presidente.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por seus Deputados, vem manifestar a Vossa Excelência a preocupação desta Casa com respeito à votação da Proposição que objetiva criar o Estado do Iguaçu.

Tal proposta, longe de proporcionar benefícios à região, vem semear rasgos de um sectarismo insano, do qual o País não necessita.

Os interesses envolvidos na questão não podem ser considerados suficientemente relevantes, a ponto de servirem de mote a uma atitude que elide à opinião pública majoritária de dois Estados, Paraná e Santa Catarina.

Indo além, é extremamente constrangedor perceber-se que, em uma questão vivamente calamitosa, se descure de conhecer-se a opinião dos Poderes instituídos, de ambas as unidades federadas, relevando a um segundo plano o princípio representativo, essência do sistema democrático que tanto é da nossa tradição.

Esta Casa vê a proposta em tramitação como um verdadeiro desserviço à laboriosa população destes estados, razão que nos leva a solicitar de Vossa Excelência, bem como dos demais membros da Câmara dos Deputados, sabidamente portadores do necessário espírito cívico e patriótico que o mandato exige, a desaprovação à referida matéria, para que não se macule a consciência de uma considerável parcela da população brasileira, arrastada para o cerne de tal situação.

(a) Deputado ORLANDO PESSUTI

Presidente

da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná."

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, quero deixar registrado, em no-

me da Bancada do PMDB, o trabalho da nossa Comissão, dos nossos representantes, que estão de regresso de Brasília à nossa Capital.

O resultado da votação já é de conhecimento, parece-me que da maioria dos Senhores Parlamentares: 90 (noventa) votos a favor do Plebiscito, 177 (cento e setenta e sete) votos "não" ao Plebiscito e 13 (treze) abstenções.

Portanto, caiu por terra o Projeto de Lei que estava dividindo o nosso Estado.

A Comissão dos Parlamentares que lá estão presentes: Geraldo Cartário, Algaci Túlio, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Oswaldo Trevisan e José Tavares, colega nosso, afastado e licenciado, Secretário da Justiça.

Nós gostaríamos, aqui, de deixar registrado, também, os nossos agradecimentos ao nosso presidente Orlando Pessuti, ao nosso Governador Roberto Requião, que em momento algum deixou de se preocupar com a divisão do nosso Estado.

Mas, muito especialmente, nós gostaríamos de destacar o trabalho de um funcionário da nossa Casa, Doutor Rafael de Lala, que já por diversas vezes esteve e está em Brasília, cuidando dos nossos interesses. Um paranaense anônimo de nossa Casa, que trabalha diuturnamente, defendendo os interesses de nosso Estado e principalmente assessorando os nossos Deputados federais, em Brasília.

Mas prezados companheiros, é preciso que se deixe aqui, e é com muito prazer, com muito orgulho que, em nome da Bancada do PMDB, gostaria de deixar registrado e destacado aqui o trabalho, a persistência, o amor ao nosso Estado ao decano de nossos Parlamentares, aquele que sintetiza, pelo seu trabalho, pela sua maneira de ser, o espírito desta Casa de Leis, ao nosso ex-Presidente, hoje nosso 1º Secretário: -Deputado Anibal Khury. Ele que, desde o primeiro momento, quando se levantou, o início, ele já mobilizava nossa Casa, mobilizava todos os segmentos políticos de nosso Estado, mobilizava todas as forças políticas, independentemente de siglas partidárias. E em nome deste Poder ele fazia o seu trabalho, colocando a sua voz e a sua presença, inclusive em Brasília, dizendo um NÃO, dizendo para que não se votasse aquela matéria, para que não se dividisse o nosso Estado!

Deputado Anibal Khury, receba da Bancada do PMDB, receba em nome do povo do Paraná o nosso reconhecimento, a nossa gratidão, pelos seus longos anos de vida pública, já de cabelos brancos, mas sempre à frente das grandes batalhas do nosso Estado. O nosso reconhecimento, a nossa alegria de tê-lo conosco, e a satisfação muito grande de ser seu companheiro, colega

desta Casa de Leis!

Não poderia também deixar aqui registrado o reconhecimento público desta Casa e da nossa Bancada ao papel da imprensa, imprensa do Paraná. Desde o início a nossa imprensa se posicionou a favor da não divisão de nosso Estado, levando através da televisão, dos jornais, do rádio, as suas mensagens aos outros Estados da federação.

A imprensa o nosso muito obrigado! A vanguardeira de todas as causas públicas que envolvem o ser humano aqui dentro do nosso País! E com todo respeito eu diria até que a imprensa continua sendo o 4º Poder, dentro de nosso País, porque é ela que denuncia, que fiscaliza, que levanta a questão. Foi a imprensa que fez com que o povo fosse às ruas, que pintassem as caras os jovens e derrubassem o Presidente da República! Os nossos parabéns, os nossos cumprimentos pelas grandes causas e pelo papel que fazem a todos nós, os paranaenses!

Eu gostaria, ao finalizar, para homenagear toda a nossa imprensa de colocar aqui o pensamento cuja autoria agora me fugiu, mas ele diz o seguinte:-

"Tem homem que luta um dia, é bom. Tem homens que lutam muitos e muitos dias, são homens muito bons. Tem homens que lutam anos e anos, são ótimos. Mas tem homens que lutam a vida inteira, estes são eternos".

Com este pensamento, homenageando a imprensa, queria dizer que cabe perfeitamente ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, Diretor Presidente da Rede Globo do Paraná e da "Gazeta do Povo" que representa toda a imprensa de nosso Estado, a ele este pensamento, porque tem feito de seu veículo de comunicação um instrumento de batalha na defesa dos direitos do Estado do Paraná.

Os exemplos estão por aí e hoje, uma vez mais coroado de êxito o seu trabalho, o Paraná não será dividido. Mas faço as homenagens também aos nossos Deputados Federais que lá votaram a favor para que o Paraná não se dividisse. As nossas homenagens também à bancada de Santa Catarina.

Vou sugerir ao nosso Presidente que fizéssemos um Expediente a todos os Estados da Federação que tem assento no Congresso Nacional, em nome do Paraná, agradecendo os cento e setenta e sete votos que votaram a favor de nosso Estado, num momento de agradecimento, para que no futuro, se precisarem de nossa bancada, tenho certeza absoluta que a bancada do Paraná vai estar ao lado deles também.

O Sr. Anibal Khury - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. TOTI COLAÇO - Concedo o aparte...

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -
Gostaria que V.Exa. me informasse qual o horário que o Deputado Toti está falando.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está falando no Horário da Liderança do PMDB. Já concluiu seu tempo e agora está falando no Horário da Liderança do PSDB.

O SR. TOTI COLAÇO - Concedo o aparte ao Sr. Deputado Anibal Khury.

O Sr. Anibal Khury - Quando se comemora com intensa vibração cívica a vitória do Paraná, não é bom que se queira cercar a palavra do orador que está na tribuna. Mais cinco minutos, ou menos cinco minutos, ou mais dez ou vinte minutos, isto não importa nesta hora que estamos comemorando a vitória do Paraná.

(Palmas).

V.Exa., Sr. Deputado Toti Colaço, enaltece a minha figura. Mas devo dizer a todos os colegas e ao Paraná que a luta foi encetada pela Assembléia Legislativa do Paraná. Na ocasião, era seu Presidente, e a mim cabia reagir a esta tentativa de mutilação do nosso Estado.

Todas as forças se engrenaram no Paraná. O Governador encaminhou mensagem à Assembléia solicitando que a mesma se pronunciasse a respeito da autorização do plebiscito. A Assembléia negou a autorização plebiscitária. Enfim, a Associação Comercial, todas as Associações de Classe, os Prefeitos e, principalmente, cumpre destacar o papel da imprensa, V.Exa. já falou sobre a figura do Dr. Francisco da Cunha Pereira. Posso dizer a V.Exa. o que o Dr. Francisco representou nesta batalha. Não cedeu um minuto. Alertava-nos dos problemas: "-isto vai acontecer assim, isto vai acontecer deste jeito..." e nós tomávamos todas as providências necessárias. Falamos, numa audiência, com o Presidente da República. S.Exa. se manifestou contra a mutilação do Paraná e Santa Catarina.

Domingo conversamos com o Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Também se manifestou contra e prometeu ajudar.

A vitória é do Paraná, Deputado! A vitória é de Santa Catarina! Creio que atrás deste Estado do Iguazu havia um embrião para que se criasse, no futuro, a República dos Pampas, enfraquecendo dois Estados como o Paraná e Santa Catarina, que ainda não atingiram o seu apogeu. Estamos num Estado ainda razoável, para transformar três Estados, fragmentar três Estados, torná-los fracos para o Rio Grande do Sul poder liderar econômica e politicamente o

sul do Brasil. Graças a Deus, graças aos nossos Deputados, eu quero salientar o trabalho do Deputado Hauer e do Deputado Munhoz da Rocha que, desde logo, alertados aqui pela Assembléia, tomaram as providências necessárias.

Quando nós sentimos que poderíamos perder essa batalha, porque a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados tinha aprovado o Projeto de Resolução por unanimidade, nós fomos à luta. Ninguém foi poupado nessa luta, todos colaboraram nesse sentido e a nossa representação, eu acompanhei aqui pelo telefone, acompanhei todos os lances, a nossa representação foi eficiente. Graças a Deus, graças aos homens públicos do Paraná e à população do Paraná, o Paraná permanece íntegro.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, a atenção dos Senhores Deputados e quero também deixar aqui o agradecimento a todos os segmentos da nossa sociedade que participaram direta ou indiretamente desta luta, desta batalha. O Paraná e o povo do Paraná venceu, como também venceu o povo de Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, no horário do PT, por 5 minutos.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Por ser do Partido dos Trabalhadores, cronometradamente 5 minutos.

Do dia 31 de março para 1º de abril de 1964, nós tivemos o golpe militar e que muitos males iniciaram-se no Brasil a partir daí: pariu-se Antônio Carlos Magalhães, Mário Andreazza, Paulo Malluf, Eliseu Resende e vários generais que contribuíram para o aumento da dívida externa brasileira, aumento da miséria e aumento da corrupção, cujo auge se deu no Governo Collor e que mesmo estando já este governo, este cidadão fora do exercício de seu mandato, continua gente ainda do seu esquema no atual Governo Itamar. Continuam ainda cargos sendo ocupados por corruptos que lá foram colocados por Antônio Carlos Magalhães, por P.C. Farias e outros, como é o caso do Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, José Carlos Rocha Lima.

No final do ano passado, em dezembro, conforme a Revista "IstoÉ" do dia 17 de fevereiro deste ano, fez este Senhor Rocha Lima, uma bilionária operação financeira de salvamento da VASP e isto foi negociado com 6 líderes partidários: Nelson Marquetti, do PTB; José Carlos Vasconcellos,

do PRN; José Luiz Maia, do PDS; Paes Landim, do PFL; Jonival Lucas, do PDC e Genivaldo Correa, do PMDB. Numa reunião do Senhor Rocha Lima com esses líderes, decidiram colocar mais dinheiro na VASP para que ela pudesse pagar, parte de suas dívidas com os seus trabalhadores ou com outros setores da sociedade.

A VASP, empresa que já teve CPI que foi conduzida de maneira irregular, que já está claro para a sociedade brasileira de que houve envolvimento ilegal e imoral das autoridades brasileiras, do Senhor Orestes Quercia, Senhor Wagner Canhedo e do sistema de Governo federal para a compra por parte do Senhor Canhedo. No entanto, ainda agora com todas as dificuldades econômicas, no próprio Governo Itamar ainda continua o Governo brasileiro a investir nessa empresa.

Esse Senhor perante a Empresa de Correios e Telégrafos tem demitido os trabalhadores, tem perseguido trabalhadores, tem se envolvido em operações ilegais como a questão da Vasp, tem assinado contratos ilegais e imorais com empresa do setor privado para concessão do uso da Empresa de Correios e Telégrafos.

Nós do Partido dos Trabalhadores apoiamos o Dia da Luta Nacional hoje dos trabalhadores dessa empresa pedindo a substituição de Rocha Lima. E mais, nós do Partido dos Trabalhadores cobramos do Governo Itamar que se ele quiser crédito político junto à população deve afastar imediatamente o Presidente Rocha Lima dos Correios e Telégrafos. Deve rever todos os contratos assinados sob a Presidência de Rocha Lima, deve rever as demissões injustas, fazer concurso público para contratação de pessoal adequado e técnico competente para aquela empresa. Moralizar a Empresa de Correios e Telégrafos e fazer com que ela assuma todas as tarefas da área sem passar para que terceiros executem como vem fazendo Rocha Lima de maneira ilegal e imoral.

Se o Governo Itamar não agir dessa maneira, comete a desmoralização no que diz o campo imoral e corrupto e passa a se comportar como os ditadores e como os ex-governantes de 1964 para cá.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PDT.

Havendo declinado, liderança do Bloco Independente e PTB.

Está encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos

los Srs. Deputados Colombino Grassano, na qualidade de Líder do PL e Dr. Rosinha, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para integrar a Comissão Parlamentar Temporária, criada para acompanhar e apresentar alternativas técnica e econômica no que diz respeito ao Acordo assinado pelos Governos da Bolívia e Brasil para a construção do gasoduto de importação de gás natural. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurará os episódios ocorridos no município de Campo Bonito. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Hélio Rusch, Nelson Garcia e demais Srs. Deputados, na qualidade de integrantes do PFL, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado que assumirá a liderança desta Bancada, a partir do dia 01 do corrente mês. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício n° 104/93, subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente, designando seu nome para compor a Comissão para estudar a passagem do Gasoduto Bolívia - Brasil, via Foz do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício n° 103/93, subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando seja designado o nome da Sra. Deputada Emilia Belinati, para compor a CPI para estudar a questão do Trabalho Escravo - CPI do bóia-fria. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando inversão da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de inversão da Ordem do Dia, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 055/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede título de cidadão honorário do Paraná ao Sr. Carlos Pereira

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;
EMÍLIA BELINATI - Relatora.

Nós queremos, mais uma vez, salientar aos Srs. Deputados que temos feito algumas concessões com referência a retiradas de veto da Ordem do Dia tendo em vista que estamos ainda na fase de entendimento das lideranças para apreciarmos todos os vetos que estão por serem apreciados, alguns, ainda, tramitando nas Comissões desta Casa. Nesse sentido, atendendo à solicitação do Deputado Plauto Miró Guimarães e também do ex-Deputado João Arruda e tendo em vista os entendimentos com o atual Prefeito de Francisco Beltrão que está desenvolvendo com o Chefe da Casa Civil Deputado Caíto Quintana, com referência a esse veto apostado ao Projeto de sua autoria 353/92 que refere-se ao retorno ao município de uma área de terras anteriormente doada pela Prefeitura ao Estado, nós colocamos para apreciação do Plenário o requerimento que pede a retirada da Ordem do Dia do Projeto, digo, Proposição 11/93, referente ao item nº 07.

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões da Proposição nº 011/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 353/92. **Aprovado.**

Nós vamos agora apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia 01, 02, 03, 04, 05 e 06.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a votação em bloco, das Proposições nºs 104, 106, 110, 111, 113 e 109/92. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente, solicitando destaque para a Proposição nº 109/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 203/92. **Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 104/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 090/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que dispõe sobre o fornecimento de passagens intermunicipais para pessoas pobres, com mais de 60 anos, no Estado do Paraná. Com RELATÓRIO da C.C.J. considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 328/92

Curitiba, 07 de dezembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 310/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida

pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 90/92, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que as "empresas que atuam nas linhas intermunicipais de transporte rodoviário em todo o território do Estado do Paraná, ficam obrigadas a fornecer, gratuitamente, passagens para pessoas pobres, com mais de 60 anos".

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de Parecer emitido pela Procuradoria Geral do Estado, cujos termos, por mim endossados, vão adiante transcritos:

"Dispõe a Constituição do Estado do Paraná; Artigo 65 - a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa.

Dentro desse espírito, foi apresentado Projeto de Lei Complementar visando a gratuidade de passagens às pessoas pobres e com mais de sessenta (60) anos, em todas as linhas intermunicipais de transportes coletivos.

"Permissa vênha" e na defesa dos interesses do Estado, a matéria não deveria ter sido aprovada, como se verá.

É que a Carta Magna estabelece:

Artigo 230-

§ 2º - aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

A Constituição do Estado do Paraná ao dispor, em seu artigo 223, Caput, o dever da Família, da Sociedade e do Estado de amparar as pessoas idosas, assegurando-lhes a participação e a integração na comunidade, garantiu-lhes, também, fácil acesso aos bens e serviços coletivos.

No artigo 224 a Carta Estadual ampliou a obrigação prevista na Constituição Federal para o fim de estender a gratuidade às pessoas com sessenta e cinco anos de idade, também, nos transportes coletivos metropolitanos.

Agora, porém, tenciona-se reduzir esse limite de idade para sessenta anos com a imposição de que o benefício seja prestado pelas concessionárias de linhas intermunicipais.

Nesse ponto, a Lei Complementar fere a Constituição Federal, pois, esta estabeleceu o parâmetro de idade, sessenta e cinco anos e a Constituição do Estado acolheu a mesma previsão.

O benefício é outorgado nas linhas urbanas e na região metropolitana. Agora, entretanto, tenta-se estender a benemerência àqueles que desejam utilizar-se das linhas intermunicipais.

O Projeto de Lei Complementar conflita

Curitiba, quarta, em 31.03.93
Paschoal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.
Aprovado. (Publ. no D.A. n° 11 de 08.03.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 055/93

PARECER:

O Projeto de Lei n° 055/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Carlos Pereira Paschoal.

Da análise do referido Projeto, uma vez que não existe nenhum óbice de natureza regimental, constitucional ou legal, para a tramitação do mesmo, opinamos favoravelmente.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 020/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, altera para São Manoel do Paraná a denominação do Município de São Manoel. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 015/93, de autoria do Deputado Heinz Herwig, concessão de Título de Cidadania Honorária ao nobre engenheiro e professor Armando Martins Pereira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 432/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná para Wilson Andrade Silva, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 316/92, de autoria do Deputado Ovídio José Constantino, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Duque de Caxias, de Dois Vizinhos, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos, agora, à discussão dos vetos constantes na Ordem do Dia.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 011/93, veto aposto ao Projeto de Lei n° 353/92, de autoria do Deputado João Arruda, autoriza doação de terrenos que especifica para o município de Francisco Beltrão com RELATÓRIO da C.C.J. considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT n° 020/93

Pág. 17

Curitiba, 14 de janeiro de 1993.

Senhor Presidente,
Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 410/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 353/92, por julgá-lo contrário ao interesse público.

Objetiva o autógrafo autorizar o Governo do Estado a doar ao Município de Francisco Beltrão os imóveis que especifica.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência fundamenta-se em informações da Coordenadoria do Patrimônio do Estado e da Secretaria de Estado da Segurança Pública, sendo que esta manifestou-se contrariamente à sanção do questionado Plano de Lei, arguendo que os imóveis, objeto da pretendida doação, deverão ser utilizados pelo Departamento de Polícia Civil, abrigando um Posto de Identificação e Seção de Criminalística, consoante Plano de Segurança Renovada, o que, indiscutivelmente, proporcionará grandes benefícios àquela Região.

Portanto, o referido Plano de Lei contraria os mais altos interesses da Administração Pública Estadual.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Governador do Estado.

(Projeto de Lei n° 353/92, foi publicado no D.A. n° 166 de 19.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 11/93

PARECER:

I - A presente Proposição veta o Projeto de Lei n° 353/92, de autoria do nobre Deputado João Arruda, que autoriza doação de terrenos para o município de Francisco Beltrão, foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador, através do Ofício DTL/SAT n° 020/93.

II - Procedida a análise constitucional e regimental, verificamos que o presente Veto obedeceu aos prazos exigidos. Analisando, ainda, os motivos alegados nas razões apresentadas pelo Sr. Governador, encontramos muito bem fundamentadas para tanto.

III - Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do Douto Plenário.

com a Constituição do Estado e, em especial, com a Constituição Federal.

Isso poderá trazer consequências futuras para o Estado, pois, as concessionárias dessas linhas poderão postular ressarcimentos pecuniários desde que aleguem prejuízos decorrentes dessa intervenção.

Ao reduzir, portanto, o limite de idade previsto na Constituição Federal e repetido na Constituição do Estado do Paraná, com a ampliação do benefício da gratuidade, também, às linhas intermunicipais, viciado ficou o projeto, pois, ao legislador não é dado o direito dispor aonde a Constituição veda.

Muito embora se estenda a intenção social e humana do legislador há que se ponderar, entretanto, que a par dessa filosofia deve compatibilizar-se o princípio inserido na Constituição Federal".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei Complementar que, em Anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

COMPLEMENTAR

Projeto de Lei nº 090/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As empresas que atuam nas linhas intermunicipais de transporte rodoviário em todo o território do Estado do Paraná, ficam obrigadas a fornecer, gratuitamente, passagens para pessoas pobres, com mais de 60 anos.

Art. 2º - Os passageiros que serão beneficiados por esta Lei, apresentarão "Atestado de Pobreza" às empresas concessionárias de transporte intermunicipal para retirada de seus bilhetes.

Parágrafo Único - O "Atestado de Pobreza" será expedido pelo órgão competente, no município em que se está solicitando a passagem.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 09.11.92.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Os problemas que a população idosa do Brasil enfrenta são bem conhecidos daqueles que têm um pouco de informação ou preocupam-se com o destino destes cidadãos que em sua grande maioria vive à margem da sociedade. Entendemos que o nobre ofício de representante popular, nos impõe o dever de estarmos enquadrados nos dois casos.

Curitiba, quarta, em 31.03.93

E justamente por determos tal representação, temos a obrigação de buscarmos soluções que aliviem o drama cotidiano que vivem estas pessoas.

Se falamos em "aliviar", indicando uma situação paliativa é porque temos consciência de que esta questão, como tantas outras neste país é de fundo estrutural.

Portanto, que exige uma reformulação completa e profunda no quadro que aí está. Mas, podemos minorar parte do sofrimento de nossos idosos, pelo menos os do Paraná, adotando medidas como a que propomos neste projeto de lei. A imprensa está cheia de notícias, todos os dias sobre o reajuste dos 147% para aposentados e pensionistas que não está sendo concedido. Nas ruas e em toda parte assistimos a decadência do idoso, a sua falta de espaço numa sociedade que o estigmatiza pela idade e o despreza pelo abandono do processo produtivo. Abandono este, na maioria das vezes, imposto por esta mesma sociedade que lhe nega acesso ao mercado de trabalho e o relega ao limbo dos deserdados pela sorte e para mudar um pouco esse tipo de coisa, que entendemos ser nossa proposta de lei uma manifestação de solidariedade, altruísmo e verdadeira preocupação com os problemas que a população duplamente penalizada por nossa sociedade, por ser pobre e idosa; enfrenta.

O fornecimento de passagens gratuitas para as pessoas pobres, com mais de 60 anos, em todas as linhas rodoviárias do território paranaense, é medida que certamente virá amenizar parte dos problemas desta camada da população.

As empresas de ônibus que operam em linhas intermunicipais no Paraná, são concessionárias deste serviço, ou seja, recebem do Estado, através de contrato por tempo determinado, a concessão para realizar este serviço.

Todos nós sabemos que este é um segmento lucrativo, tanto que as empresas não abrem mão de suas concessões.

Ao contrário, procuram mantê-las a todo custo e abominam qualquer possibilidade de concorrência entre as linhas mais frequentadas.

Tal desempenho nos permite avaliar que parte deste lucro pode ser dividido com aqueles que não têm condições de arcar com todos os custos de uma viagem.

A passagem gratuita, com certeza, aliviará tais custos, e o deslocamento será facilitado.

Ao propormos esta lei, queremos apenas justiça para esta camada da sociedade, beneficiando cidadãos que moram nas cidades ou no meio rural, facilitando-lhes a locomoção em seu próprio Estado. Se aprovarmos esta lei poderemos depois, aliviar um pou-

co nossas próprias consciências em relação a problema social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO APOSTO AO

PROJETO DE LEI N° 90/92

PARECER:

A Proposição n° 104/92, conforme ofício DTL/SAT/n° 328/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei Complementar n° 90/92, de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, que ora esta Comissão passa a analisar, dispõe que as empresas que atuam nas linhas intermunicipais de transportes rodoviário em todo o território do Estado do Paraná, ficam obrigadas a fornecer, gratuitamente, passagens para pessoas pobres com mais de 60 anos.

Verificamos que o veto ocorreu em absoluta concordância com o artigo 87, inciso VII na conformidade do disposto no § 1° do artigo 71, ambos os institutos da Constituição do Estado do Paraná.

Tais fatos levaram este Deputado a considerar a presente Proposição em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

NILTON BARBOSA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 106/92, veto aposto ao Projeto de Lei n° 573/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que torna obrigatória a instalação de incineradores nos Hospitais da rede pública e privadas no Estado. Com RELATÓRIO da C.C.J. considerando o veto em condições de ser apreciado pelo plenário.

OF/DTL/SAT N° 330/92

Curitiba, 07 de dezembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 308/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade com o disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 573/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo gerar a obrigatoriedade aos hospitais da rede pública e privada do Estado, de instalarem incineradores de lixo hospitalar em suas unidades, bem como estabelece prazo de 90 dias para a regulamentação da pretendida lei.

O projeto, embora exponha a preocupação do autor em relação à destinação final

do lixo hospitalar, não pôde merecer guarida em função de parecer técnico elaborado pela Secretaria da Saúde, que opinou contrariamente à sanção do referido projeto, com base em diversos estudos realizados por autoridades da área sobre o assunto e normatizações federais sobre a matéria versada. Dentre os mencionados atos normativos deve-se observar a Portaria n° 53, de 01.03.79, do Ministério do Interior, a qual estabelece em seu item VI, que "todos os resíduos sólidos portadores de agentes patogênicos, inclusive os de estabelecimentos hospitalares e congêneres, assim como alimentos e outros produtos de consumo humano condenados, deverão ser adequadamente acondicionados e conduzidos em transporte especial, nas condições estabelecidas pelo órgão estadual de controle da poluição e de preservação ambiental, e, em seguida, obrigatoriamente incinerados". Porém, o item VII, da dita Portaria, prevê que tais incineradores deverão ser instalados por autoridades municipais para uso público, servindo a área de um ou mais municípios, de acordo com as possibilidades técnicas e econômicas locais.

Outro ato que não se pode desconsiderar trata-se da Resolução n° 06, de 19.09.91, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que desobriga a incineração dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos, ressaltando, apenas, os casos previstos em lei e acordos internacionais, no que, evidentemente, não se insere a medida aqui tratada.

Com vistas à destinação mais segura e apropriada para o lixo hospitalar, a postura preconizada pela Vigilância Sanitária Estadual e adotada pelos municípios, vem sendo a de implantação de coleta diferenciada deste tipo de resíduo e com a disposição final através de valas sépticas, tendo em vista suas vantagens econômicas, de instalação, operação e manutenção em relação à incineração, satisfazendo, desta forma, também aos aspectos sanitário e ambiental.

Estas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 573/91 foi publicado no D.A. n° 162 de 04.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DO VETO N° 106/92

P A R E C E R:

A proposição em tela traz veto ao Pro-

jeto de Lei n° 573/91, de autoria do nobre Deputado Lourenço Fregonese, que foi comunicado a essa Casa pelo Sr. Governador do Estado através do ofício n° DLT/SAT 330/92, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação desta Assembléia Legislativa.

Procedida à análise constitucional e regimental da presente proposição, esta se encontra dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos e, de análise dos argumentos que o Sr. Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos colocam o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 110/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 217/92, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho, autoriza o Poder Executivo a autorizar os profissionais de saúde a estacionarem seus veículos em logradouros públicos onde é proibido estacionar ou transitar, quando em atendimento de emergência ou de urgência. Com RELATÓRIO da C.C.J.. Considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT N° 341/92

Curitiba, 10 de dezembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 318/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e de conformidade com o § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 217/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a conceder permissão aos profissionais de serviços de saúde, para estacionarem seus veículos em locais proibidos ao estacionamento e ao trânsito.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre, inicialmente, de impedimento de ordem constitucional, eis que afronta a norma contida no art. 22, inciso XI, da Magna Carta, que estabelece como de competência privativa da União legislar sobre trânsito e transporte, não cabendo, portanto, ao Estado legislar concorrentemente sobre a matéria.

Além deste aspecto, há outro que deve ser considerado e que exige certa cautela em sua análise, pois trata da própria segurança dos usuários das vias públicas e do trânsito em geral. É evidente que veículos circulando, ou estacionados incorre-

Curitiba, quarta, em 31.03.93

tamente em logradouros públicos, ou principalmente em vias de intensa movimentação, onde as altas velocidades são uma constante, o número de acidentes, até fatais que viriam a causar, certamente seria muito maior, com prejuízos bem mais significativos à sociedade, que o benefício decorrente de tal situação, caso o projeto fosse transformado em lei.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 217/92 foi publicado no D.A. n° 115 de 13.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 110/92

P A R E C E R:

A presente Proposição veta o Projeto de Lei n° 217/92, de autoria do nobre parlamentar Domingos de Carvalho, que "autoriza o Poder Executivo a autorizar os profissionais de saúde a estacionarem seus veículos em logradouros públicos onde é proibido estacionar ou transitar, quando em atendimento de emergência ou de urgência", e que foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador, através do Ofício DTL/SAT n° 341/92.

Procedida da análise constitucional e regimental, verificamos que o presente Veto obedeceu aos prazos exigidos. Analisando, ainda, os motivos apresentados nas razões em anexo, os encontramos muito bem fundamentados para tanto.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 111/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 212/92, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, autoriza o Poder Executivo a transferir o Hospital Ana Fiorillo Menarin ao Município de Castro. Com RELATÓRIO da C.C.J.. Considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT N° 340/92

Curitiba, 10 de dezembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 316/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e de conformidade com o §

1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de lei n° 212/92, pelo simples fato de ter havido equívoco em sua redação, pois conforme informações da Secretaria de Estado da Saúde, o hospital objeto da pretendida medida não tem a denominação apontada e nem é aquele cuja transferência seria viável.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 212/92 foi publicado no D.A. n° 111 de 11.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 111/92

P A R E C E R:

I - A presente proposição veta o Projeto de Lei n° 212/92, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que objetiva transferir o Hospital Ana Fiorillo Menarin ao Município de Castro e que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador, através do ofício DTL/SAT n° 340/92.

II - Procedida à análise constitucional e regimental da presente proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos previstos em lei e em condições de ser apreciado.

III - Diante do exposto, a matéria está em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 113/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 239/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, autoriza o Poder Executivo a implantar a Central de Ambulância nos Pólos Regionais. Com RELATÓRIO DA C.C.J.. Considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT n° 360/92

Curitiba, 14 de dezembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 325/92, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 239/92, por julgá-lo contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a "implantar a Central de Ambu-

lância nos pólos regionais com recursos do Fundo Estadual de Saúde, art. 172, da Constituição Estadual".

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre de pronunciamento expedido pela Secretaria de Estado da Saúde que, analisando a matéria, asseverou:

"Trata-se de iniciativa que tem o mérito de se preocupar com o transporte de pacientes necessitados, tentando organizá-lo. No entanto:

a) a organização de um sistema de transporte de paciente é tarefa administrativa do gestor estadual e dos gestores municipais do Sistema Único de Saúde-SUS; não é tarefa para o legislador;

b) o Fundo Estadual de Saúde, previsto no artigo 172 da Constituição Estadual, não está regulamentado;

c) não se trata de criar um órgão, como colocado no art. 2º, com recursos próprios, mas, repito, trata-se de tarefa administrativa inerente às competências das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde.

Assim sendo, em que pese o mérito da iniciativa, somos contrários ao presente projeto de lei."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 239/92, foi publ. no D.A. n° 126, de 02.09.92.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI N° 239/92

P A R E C E R:

Examinando a Proposição n° 113/92, conforme ofício DTL/SAT n° 360/92, veto apostado ao Projeto de Lei n° 239/92, de autoria do nobre Deputado Eurides Moura, que objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar a Central de Ambulância nos pólos regionais com recursos do Fundo Estadual de Saúde, artigo 172, da Constituição Estadual.

O veto ocorreu em absoluta concordância com o artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos os institutos da Carta Magna Estadual, após pronunciamento expedido pela Secretaria de Estado da Saúde.

Por tais fatos, esta Comissão de Constituição e Justiça, considera esta proposição em perfeitas condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Votaremos, inicialmente, os itens 01, 02, 04, 05 e 06. Lembrando mais uma vez aos Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar com as cédulas que contêm a expressão sim, os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para a votação a cédula com a expressão não. São necessários para a rejeição do veto e manutenção do projeto 28 votos Não.

Solicito ao Senhor 1º Secretário da sessão de hoje, Deputado José Alves, que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados para, em conjunto, apreciarmos as proposições n.ºs 104, 106, 110, 111 e 113.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Alves) - Proceda à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Trinta e oito Senhores Deputados votaram.

Designo a comissão constituída pelos Deputados Heinz Herwig, Djalma de Almeida César e Renato Adur para apuração dos votos.

Enquanto se processa a apuração dos votos, esta Mesa registra com satisfação a presença dos Prefeitos de São João, Renato Canaan e de Califórnia, Paulo Wilson Mendes.

Informamos ainda aos Senhores Deputados, que logo após a sessão plenária serão instaladas as Comissões de Obras Públicas e de Fiscalização. O local será a Sala de Reuniões das Comissões.

Eu solicito aos Deputados que pertencem a essas comissões que compareçam para que possa ser instalada a Comissão e possa se eleger o Presidente e Vice-Presidente de cada uma delas.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Prezado Deputado Orlando Pessuti, Presidente desta Assembléia, também gostaria de registrar a presença do nosso Vice-Prefeito de São João, companheiro Mário Nelson, que acompanha o nosso grande Prefeito, Renato Canaan, minha terra natal e que nos visita hoje neste Parlamento.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, no dia 24 de março eu apresentei à Mesa um requerimento solicitando informações a respeito do trabalho de uma Comissão da qual eu fiz parte com o Deputado Mário Bezerra e o Deputado Alceu Swarowski, quando nós nos dirigimos ao município de Santo Antônio da Platina para averiguar, em decisão tomada na Comissão

de Constituição e Justiça, uma polêmica de um projeto de lei que andava tramitando ou circulando no Paraná sobre a emancipação de um Distrito em Santo Antonio da Platina. Nós fomos até Santo Antonio da Platina com uma Comissão inclusive de seguranças da Assembléia Legislativa, tomamos inúmeros depoimentos de Vereadores, do Presidente da Câmara, de autoridades locais e este Relatório aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, apresentado pelo Relator, Deputado Mário Bezerra, foi entregue à Direção desta Assembléia Legislativa para que fossem tomadas as devidas providências.

Eu tenho recebido, inclusive, por escrito, pedido de informações de Vereadores de Santo Antonio da Platina o que foi feito com, qual o resultado do trabalho daquela Comissão.

E neste sentido eu encaminhei um pedido à Mesa, um requerimento pedindo à Mesa informações sobre a conclusão do Relatório apresentado pela Comissão Especial e não tivemos até o momento informações da Mesa.

Eu gostaria, se a Mesa já tem, se possível nos passasse as informações a respeito deste caso solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O requerimento que V.Exa. encaminhou à Mesa, evidentemente é da sua lembrança, não foi por nós recebido na ocasião, mas foi recebido pelo Presidente da Mesa que encaminhou à Comissão Executiva desta Casa que irá apreciá-lo na reunião que faremos ainda no decorrer desta semana e tão logo possamos ter uma solução para o caso, nós anunciaremos a este Plenário.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Só para concluir, Senhor Presidente, eu gostaria de que a Mesa nos desse por escrito a resposta ao nosso requerimento no momento que tiver a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Anunciamos o resultado da votação referente aos itens 1, 2, 4, 5 e 6: votaram trinta e oito Senhores Deputados - NÃO - quatorze, SIM - vinte e três, EM BRANCO - um (01).

Nestas condições estão mantidos os vetos que foram apreciados.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sabe V.Exa. que a Presidência da Assembléia e a Mesa têm a grande responsabilidade de zelar pelo bom nome deste Parlamento.

Nós tomamos conhecimento hoje de declarações de um Deputado feitas num jornal que denigrem profundamente a atividade parlamentar aqui no Estado do Paraná. Inclusive cita-se até a possibilidade de apropriações indébitas e uma série de

questões e eu quero, como Deputado Estadual, que tem a convicção de que não sou um Deputado brilhante talvez não consiga realizar muitas coisas em prol da comunidade, tenho minhas falhas, meus erros, mas eu não posso admitir conviver com pessoas que não dignificam o cargo.

Tenho divergências políticas com vários Deputados, como todos nós aqui, mas eu acho que o comportamento ético nosso é um espelho e um exemplo para a sociedade como um todo.

Acho que a postura ética de um Parlamentar tem que ser preservada, em qualquer hipótese. E me sinto profundamente atingido, porque tenho procurado honrar e dignificar os eleitores e a população do Estado do Paraná, tenho procurado me comportar com lisura, com honestidade, com muito respeito com o dinheiro público e acredito que quase toda a totalidade dos parlamentares se comporta aqui na Assembléia, desse jeito.

Acho que as declarações do Deputado, que foram feitas num jornal, elas permitem ao povo, imaginar que esta Casa é uma Casa de tolerância, Senhor Presidente, pelo nível das declarações e eu quero em meu nome, não sei se os demais Pares concordam com isso, mas a Mesa tem que tomar providências. Nós precisamos esclarecer isso e eu acho que o decoro parlamentar foi profundamente atingido e acho que é uma questão de preservar os demais Parlamentares que são dignos, que são honestos, que trabalham, cada um na sua visão política, mas que procuram desenvolver o seu trabalho com seriedade, com responsabilidade e respeito ao povo acima de tudo.

Acho que, em nome desses Parlamentares, a Mesa deve tomar providências enérgicas para apurar essa questão, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Mesa, respondendo à questão de ordem do Deputado Ernani Pudell, informa que já manteve contato com o Líder do Partido Progressista, Deputado Nilton Barbosa para que ele, inicialmente mantivesse um contato com o Deputado José Arthur Ritti para que nos certificássemos acerca das notícias publicadas pelo Jornal do Estado, como sendo manifestação pessoal do Deputado José Arthur Ritti e nesse sentido, iremos, na sequência, conversar com o líder do Partido, Deputado Nilton Barbosa para que possamos realmente saber qual o encaminhamento que daremos a essa questão.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 109/92, veto apostado ao Projeto de Lei n° 203/92, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio à Criança, implantação e

manutenção da Casa Familiar Rural e dá outras providências. Com RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 339/92

Curitiba, 07.12.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 290/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o § 1° do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 203/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio à Criação, Implantação e Manutenção das Casas Familiares Rurais, nos Municípios agrícolas, em todo o Estado do Paraná.

O veto apostado ao projeto de lei em exame decorre do mesmo ter sido considerado de difícil exequibilidade e, portanto, contrário aos superiores interesses públicos. É que, o Governo do Estado possui programa assemelhado, já implantado e em execução com base e suporte financeiro em dotações orçamentárias específicas, sendo que a medida em referência viria tão somente prejudicar tal programa, eis que os recursos disponíveis são de pequena monta.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

(Projeto de Lei n° 203/92 foi publ. no D.A. n° 150, de 27.10.92 - 1.ª Disc.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO AO PROJETO DE LEI N° 203/92

P A R E C E R:

Apreciando o veto apostado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei n° 203/92, constata-se o seguinte:

- I - Atende aos requisitos do art. 71, da Constituição do Estado do Paraná, no que concerne o prazo.
- II - O art. 71, § 1°, dispõe que, "se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente...". Como Sua Exa. julgou a Proposição contrária ao interesse público, vetou-a de acordo com a Carta Magna do Estado;
- III - Pelo art. 87, VII, "compete privati-

vamente ao Governador vetar projeto de lei, total ou parcialmente".

Do acima exposto, depreende-se que o Veto Governamental está em condições de ser apreciado por este Poder Legislativo, podendo ser mantido ou rejeitado, conforme art. 71, § 4º, da Lei Maior Paranaense.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

A Presidência lembra mais uma vez aos Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão se manifestar votando com a cédula "SIM" e os contrários à manutenção do veto e conseqüentemente, favoráveis ao Projeto, deverão se manifestar com a cédula "NÃO".

Lembra mais uma vez que, para a rejeição do veto e manutenção do projeto, são necessários 28 votos "NÃO".

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, peço para encaminhar a votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação da proposição, Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu amigo Deputado Edson Silva Lino.

Na votação desse projeto aqui na Assembléia Legislativa, conversando com o Deputado Edson Silva Lino, nós encaminhamos favoravelmente a votação desse projeto, o qual foi vetado pelo governador Roberto Requião e hoje vem a proposição de veto para ser votado.

O Deputado Edson Silva Lino pediu destaque e fez muito bem, a esse projeto de lei ou a esse veto, porque eu entendo de muita importância e já disse na outra oportunidade, muito louvável a proposição nessa questão do programa de apoio, criação, implantação, manutenção das casas familiares rurais no Paraná.

Já disse em outras oportunidades, existem algumas experiências já no nosso Estado, com as casas familiares rurais. São dois municípios do sudoeste do Paraná Barracão e Santo Antônio do Sudoeste e nós sabemos da importância que têm essas escolas familiares rurais para o interior do nosso Estado e principalmente para os municípios agrícolas, principalmente ainda, para os municípios de pequenas propriedades.

Nós sabemos que as escolas normais, as técnicas agrícolas e algumas que existem no Paraná como por exemplo, em Palmeiras, em Clevelândia e outras cidades, são escolas importantes que estão enquadradas num

sistema convencional de ensino e que hoje não atendem as reais necessidades da pequena agricultura no Paraná e é público e notório de que técnicos que se formam nas escolas, eles saem pela própria razão da escola e pela forma como deve ser assim, eles saem do seu habitat, da sua convivência e da sua família e comunidade e ficam 3, 4 anos na escola se formando e depois perde contato com a propriedade, com a sua família e com a sua comunidade.

O êxodo rural que hoje ocorre no Paraná (na Região Sudoeste do Paraná é muito grande) nós, se formos a algumas cidades de Santa Catarina, nós vamos encontrar em Joinville, Blumenau e tantas outras cidades daquela região, vilas inteiras de paranaenses que saíram do Sudoeste do Paraná a procura de emprego, filhos de agricultores que por não terem condições de trabalhar na terra, não terem a profissionalização correta para poder administrar a sua pequena propriedade, deixam o campo, trazendo um grande êxodo rural e não só vindo para as cidades do Paraná, mas indo embora do nosso Estado.

Esse projeto é autorizatório. Portanto, não vejo nenhuma razão para que se mantenha esse veto, e é um projeto autorizatório e não vejo razão por que não o governo implemente essas escolas no interior do Paraná. É necessário que demos apoio a esse projeto do Deputado Edson Silva Lino, porque essas escolas vêm trazer um grande benefício aos trabalhadores rurais e aos pequenos proprietários que produzem alimento no nosso Estado. Por quê? Porque ela tem um sistema de educação, um sistema de formação dos filhos de agricultores, diferente das escolas convencionais ou das escolas normais. O filho do agricultor permanece na escola por um período e depois vai, a partir do aprendizado teórico, vai para a sua propriedade, fazer os exercícios práticos com a sua família, com os grupos de agricultores seus vizinhos, exercitando a prática de diversas formas da própria questão da produção agrícola, da questão do desenvolvimento da propriedade, da integração e do aumento da produção e gerenciamento da propriedade.

Nós vimos a grande dificuldade pela evolução - não sei se podemos chamar evolução - mas a modernização na agricultura, a concentração de terras e as grandes propriedades se avolumando no Paraná de apoio para que possam gerir a pequena propriedade, aumentando a sua condição de produtividade e para isso é necessário que técnicos tenham assistência a essas propriedades e para isso, o filho do agricultor vai se formar nesta escola, não vai ter um diploma das escolas técnicas como as escolas oficiais, mas vai ter a prática para poder exercer na sua pequena propriedade, a con-

dição de ajudar a integrar a sua família no sistema de produção e fazer com que diminuamos o êxodo rural e também a própria produção do Estado virá a aumentar, principalmente a produção de alimentos para a mesa do povo brasileiro, que são as pequenas propriedades que produzem os alimentos que nós alimentamos nas nossas mesas.

Então, entendo de extrema importância e sugeriria que os Senhores Deputados tivessem acesso a essas informações dos benefícios de uma escola rural e nós pudéssemos fazer, com o apoio do governo do Estado, uma grande implantação de escolas desse nível no Paraná e temos certeza, estaremos contribuindo para produção e eliminar o êxodo rural do Estado e ao mesmo tempo, contribuindo para diminuir os grandes problemas sociais nas grandes cidades onde os agricultores ou as pessoas, pelo abandono, deixam o campo a procura de melhores condições de vida nas grandes cidades.

É de grande importância e entendemos que essa Casa deverá manter esse projeto de lei, derrubando o veto do Sr. Governador.

O SR. EDSON SILVA LINO (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, inicialmente eu quero agradecer e parabenizar o Deputado Ovídio Constantino pelo brilhante encaminhamento ao nosso projeto. E fico até de certa forma vaidoso, porque é privilégio de poucos projetos terem a aquiescência dos Deputados do PT.

Portanto, fica comprovado de que o nosso Projeto é um projeto que, realmente, vem a atender as comunidades agrícolas.

Eu até não entendi, Srs. Deputados, o porquê do veto do Sr. Governador, porque S.Exa. inclusive está investindo no Programa. Este Programa já existe em Riacho das Almas, no Pernambuco, onde há casa familiar rural; em Santo Antônio do Barracão, no Sudoeste, existem casas de família rural; lá em Barracão existem casas de família rural; em Rosário do Ivaí S.Exa. o Governador nos adiantou recursos financeiros para que num prédio provisório pudéssemos implantar a Casa Familiar Rural, dando equipamentos e depois concedendo recursos para a construção de um prédio com área de 600 m., que já está em fase de construção, para implantação.

E a semana passada eu lia, no Jornal do Estado, quando o Secretário da Educação dizia de que iria à França, quando gastaria alguns dólares na viagem, para copiar e implantar, aqui, o Programa da Casa Familiar Rural. Mas, não precisa ir à França, porque o Programa já existe, a nível de Paraná. É só ir a Riacho das Almas, em Pernambuco, que há mais de 15 anos funciona; ali na cidade vizinha da Argentina,

Barracão; e para não ir muito longe, pode ir a Rosário do Ivaí, precisamente no Distrito de Campineiro do Sul.

Portanto, quero conclamar aos colegas, Srs. Deputados, para que votemos "não", porque este projeto é de relevante importância para a agricultura paranaense. É uma escola informal. Ela não dá diploma. O grande problema, como disse o Deputado Ovídio Constantino, é que são importantes as escolas técnicas, mas ocorre que elas se transformam num grande passaporte para o aluno, que após sua formatura, de posse do seu diploma, acaba indo para os grandes centros e vai vender adubo, fazer qualquer outra coisa, menos ficar na agricultura. E, como esta escola é informal, ela não dá diploma, ela dá aprendizado técnico para que as crianças que ali estudam possam prestar serviços na própria propriedade.

O que nós temos sentido, temos acompanhado, temos visto em nossa região, é que aquela criança que trabalha na agricultura com o pai, quando completa os seus 14 anos não quer mais estudar e acaba induzindo o próprio pai a deixar a agricultura, vender sua propriedade e ir para a cidade.

Com isto, estas crianças que não querem mais estudar numa escola convencional, podendo fazer ali a Casa Familiar Rural, que é uma pedagogia de alternância, ficando uma semana na escola e duas semanas com os pais, levando a teoria para a prática e fazendo com que, simultaneamente, eduque duas gerações: o pai e o filho, e fazendo com que a nossa agricultura possa ser produtiva.

Tenho certeza que contarei com os nobres Pares, para que possamos fazer com que este projeto prospere.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao 1º Secretário desta sessão, Deputado José Alves, para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Alves) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Votação nominal...

Solicito aos Deputados Domingos Carvalho, Alceu Swarowski, Paulo Maia que processem a contagem dos votos.

...(contagem dos votos)...

Enquanto se processa a conferência dos votos, essa Presidência registra com muita satisfação e atendendo a solicitação do Deputado Élio Rusch, a presença entre nós do Prefeito de Corbélia, Nilson de Oliveira, do Vereador Edson e do Secretário

rio da Prefeitura Darcy.

Informa ainda, esta Presidência que, em função das indicações encaminhadas e dos entendimentos mantido com as lideranças partidárias está instituída a Comissão Especial de Reforma à Constituição, integrada pelos Deputados: PMDB - Djalma de Almeida César; Bloco Independente - Lourenço Fregonese; Partido Progressista - Júlio Bifon; Partido Trabalhista Brasileiro - Erondy Silvério; PDT - Algaci Túlio.

Solicito ao Deputado Erondy Silvério, na condição de mais idoso dentre os cinco indicados, que processe a instalação desta comissão e inicie imediatamente os trabalhos para que possamos rapidamente discutir a matéria para a qual se destina.

Esta Presidência tem a satisfação de registrar, atendendo a solicitação do Deputado Toti Colaço, a presença do Vereador Mário Pianaro e a presença do ilustre líder comunitário Alfredor Di Iagio. Com satisfação fazemos este registro.

38 votantes.

Pela manutenção do veto: 8 votos.

Branços: 2 votos.

Nulo: 1 voto.

Pela rejeição do veto: 27 votos.

Veto mantido.

Sobre a Mesa, Requerimento n° 630 de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 631, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 649 e 634, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 637 e 638, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 643 e 644, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 645 e 646, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 647, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Lê):

"O Jornal "Gazeta do Povo" deve ser considerado como um patrimônio cultural

Curitiba, quarta, em 31.03.93

dos paranaenses, pois em seus 74 anos de circulação ininterrupta, vem sendo o repositório da história do povo paranaense. Nossas lutas, glórias e vicissitudes têm encontrado guarida em suas páginas, da mesma forma que tem sido destacado o trabalho do nosso povo para construir nesta parte do Brasil uma porção de vida onde as pessoas desfrutem do progresso econômico e do bem-estar social. Por motivo do transcurso da data em que os paranaenses estão comemorando os 300 anos da elevação da capital do Estado à categoria de cidade, a ~~Gazeta do Povo~~ *Gazeta do Povo*, no dia 29 deste mês, o editorial "Curitiba - Exemplo de Cidade", que analisa a história da fundação da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

E um editorial profundo na pesquisa histórica, didático na narrativa documental que precisa ser difundida para conhecimento da posteridade. Judicioso nos conceitos e opiniões emito dos, como sempre acontece com os editoriais do ilustre jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

Diretor da Gazeta do Povo, "Curitiba - Exemplo de Cidade" foi apartidário e sereno no julgamento das administrações dos prefeitos curitibanos. Equilibrado na interpretação dos nossos problemas, perfeitamente identificado com a realidade curitibana, e por extensão paranaense. O editorial enfatizou que em Curitiba, no Paraná, já fizemos um pacto com a natureza, que é a defesa do tão agredido meio ambiente. E o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho avaliou que o melhor presente que se poderia dar a Curitiba no seu tricentenário foi a aprovação pelo Senado Federal do Programa de Saneamento Ambiental (PROSAN) da Região Metropolitana de Curitiba que "encontrou no Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, relator da matéria no Senado Federal, hábil articulador da sua aprovação". E a Gazeta do Povo - esse baluarte das grandes causas paranaenses - somou-se ao Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, ilustre ex-Deputado membro desta Assembléia Legislativa, ao considerar que a educação ambiental é uma resposta à necessidade de formação de uma nova ética - a ética ecológica - como arma eficiente contra a degradação do meio ambiente em todo o mundo. E ao adotar a ética ecológica, Curitiba e o Paraná, uma vez mais, saem na frente como exemplos construtivos. É por isso, Senhor Presidente e Excelentíssimos Senhores Deputados, para que a história de Curitiba seja enriquecida com essa importante contribuição do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira e do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, e para que as gerações futuras saibam do trabalho que realizaram em favor do Paraná

e de sua Capital, é que REQUEIRO, após consulta ao Plenário, a transcrição nos anais da sessão de hoje desse editorial da Gazeta do Povo, por ser uma valiosa fonte de informações político-administrativa para a história paranaense."

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 656, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 636, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 635, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento n° 534, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, com apoio dos Srs. Deputados Toti Colaço, Doutor Rosinha, Colombino Grassano e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 01, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 107/92, 002/93, 003/93, 007/93, 008/93 e 010/93.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 055/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 366/92, 016/93, 049/93, 070/93, 071/93, 078/93 e 084/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MÁRIO BEZERRA, EM SESSÃO DO DIA 31 DE MARÇO DE 1993.

"CURITIBA - EXEMPLO DE CIDADE"

A capital paranaense está em festa para comemorar os 300 anos da elevação de Curitiba à categoria de cidade. Os sinos das igrejas, independente do credo nelas professado, uniram seus acordes para o despertar festivo da população curitibana neste 29 de março, repicando, harmoniosamente, uma sinfonia de louvor a esta terra de todas as gentes que fizeram desta porção do solo brasileiro uma nova pátria, um símbolo extraordinário de convivência pacífica, de incessante trabalho e de acendrado amor à natureza, reunindo nesta parte do território paranaense, as figuras humanas que formam o grande mosaico étnico multiplurifacetado, que deu a estes paranaenses características acentuadas de uma cultura de assimilações, com identidades que se projetam e destacam no conjunto da sociedade brasileira.

Relata a história que, a partir do século 19, o incremento do comércio de gado que transitava pelo Paraná, bem como a exportação de erva-mate pelo Porto de Paranaguá e o conseqüente aumento populacional, deram às vilas de Paranaguá e de Curitiba condições tais de progresso emergente que as duas vilas foram elevadas à condição de cidades, pela Lei n° 05, de 5 de fevereiro de 1842, da Assembléia Legislativa de São Paulo, assinada pelo Barão de Mont' Alegre, presidente daquela Província. Há 151 anos, o Barão Presidente de São Paulo mandou que "todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir tão inteiramente como n'ella se contem". E determinou que "o Secretário d'esta Província a faça imprimir, publicar e correr". E foi assim que a vila de Corityba foi transformada em cidade. "Cidade Sorriso" do poeta Hermes Fontes.

"Comemorar é conhecer e ninguém pode amar o que não conhece, ninguém pode comemorar o que desconhece". São palavras do prefeito dos 300 anos, Rafael Greca, ao anunciar o calendário de eventos que festejarão a tricentenária Curitiba. É justo reconhecer que o Prefeito Greca é um estimulador para que "muita gente conheça e ame Curitiba, preservando e divulgando a memória e a história da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais". Num país como o

Brasil, cuja população costuma relegar a sua história, a obstinação do Prefeito Greca é um estímulo ao revigoração do civismo, tão necessário à vida de qualquer povo que deseje se afirmar como nação. "Queremos incentivar, além do resgate histórico, a pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais". São propósitos meritórios que se identificam com todos aqueles que estejam interessados em legar às gerações futuras de curitibanos, paranaenses e brasileiros um valioso conjunto de informações para o conhecimento de nossas origens, de nossas raízes

Da primeira expedição, comandada por Eleodoro Ébano Pereira, que aqui encontrou os moradores das nações Tupi, Guarani (como os Tingüi) e Jê, chefiados pelo morubikaba Tindigüera, que liderava os silvícolas que habitavam à sombra de muitos pinheiros nas terras de "Coré-Etuba", (muito Pinhão) ao capitão povoador Mateus Martins Leme, a Baltazar Carrasco dos Reis e muitos outros que percorreram os "caminhos de quereytiba", como está escrito num mapa de 1653 que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, e reproduzido no livro "História da Expansão Portuguesa no Mundo", Curitiba chegou aos dias atuais como exemplo e modelo de cidade, onde uma sucessão de boas administrações por seus prefeitos possibilitou que os cidadãos que moram em Curitiba sintam-se parte deste

espaço coletivo de vida.

A sorte de termos tido bons prefeitos permitiu que a pequena Curitiba se transformasse nesta extraordinária cidade, onde os habitantes, além de contar com ótimos equipamentos urbanos e eficientes serviços, desfrutam dos benefícios de um pacto firmado com a natureza. E por isso, que a aprovação pelo Senado Federal, em regime de urgência, do financiamento do Programa de Saneamento Ambiental (PROSAN) da Região Metropolitana de Curitiba, que encontrou no Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, relator da matéria e hábil articulador da sua aprovação, representa o melhor presente que a capital paranaense poderia receber nas festas dos 300 anos. Com o PROSAN - conforme explicou o presidente do IPPUC, Cássio Tanigushi, no programa "Bom Dia, Paraná", apresentado pela Rede Paranaense de Televisão, Curitiba terá um índice de saneamento ambiental de 88%, batendo o recorde nacional na área, além de superar índices até de cidades de países desenvolvidos. O Senador Luiz Alberto assinalou no Prosan a educação ambiental como resposta à necessidade de formação de uma nova ética - a ética ecológica, arma eficiente contra a degradação do tão agredido meio ambiente em todo o mundo.

Assim, uma vez mais, Curitiba e o Paraná saem na frente.